

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167. ISBN 9788551304311

RESUMO

Esta resenha participa do dossiê *Conversas com Audre Lorde*, publicado pela Revista Florestan - da graduação em Ciências Sociais da UFSCar. O texto inicia-se com um breve resumo biográfico e bibliográfico da pensadora lésbica-feminista. Em seguida, apresenta-se a obra resenhada evidenciando seus argumentos em torno da articulação de diferenças; para tanto, debate-se os usos da raiva, a culpa e as representações na luta antirracista, bem como a incorporação da autora ao contexto brasileiro.

Palavras-chave: Antirracismo; Diferença; Interseccionalidade; Raiva; Representação.

Fernanda A. J. Mariano¹

Recentemente traduzido para o português no livro *Irmã Outsider* (2019 [1984]), *Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo* é um dos quinze ensaios e conferências organizados de forma inédita no livro *Sister Outsider* (1984) da escritora e ativista Audre Lorde. Audre Geraldine Lorde (1934 - 1992) foi uma mulher preta caribenha-americana, mãe, lésbica, poeta e acadêmica, seus poemas e ensaios tornaram-se internacionalmente conhecidos no meio lésbico e nos movimentos feministas anglofonos ainda na década de 1960. A princípio, suas ideias circulavam em conferências, panfletos, zines, e revistas independentes, tendo o primeiro livro de poemas *The first cities* publicado somente em 1968. Até mesmo, a versão original de *Os usos da raiva* foi uma palestra que Lorde apresentou na 3ª Conferência Nacional da Associação Nacional de Estudos das Mulheres², realizada em 1981, em Connecticut, nos Estados Unidos. A publicação do ensaio insere-se no contexto posterior à conclusão do livro *The Cancer Journals* (1984) — em que a poeta trabalhou após o diagnóstico de câncer de mama —, e pode representar o momento de seu engajamento com os usos dos *afetos*.

Em *Os usos da raiva*, Audre Lorde nos apresenta algumas reflexões sobre a capacidade da raiva de ser canalizada e transformada em força de resistência e luta, tanto no cotidiano das mulheres negras quanto no ativismo feminista, e como o medo e a culpa são terrenos áridos para a comunicação e a transformação social. Escrito em primeira pessoa, com

¹ Graduanda em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), membro do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana. Email para contato: marianofernanda@estudante.ufscar.br.

² A *National Women's Studies Association* é uma importante organização de pesquisadoras, educadoras e ativistas feministas de todo os EUA, com sede em Chicago, e desde a sua fundação em 1977 promove anualmente uma conferência para discutir pautas relevantes da agenda e dos estudos feministas (Ver <https://www.nwsa.org/>). *As mulheres reagem ao racismo* é subtítulo do capítulo em questão, e também nomeou esta edição da conferência onde foi proferida a palestra. Essa convergência parece indicar a relação entre raiva e poder, como as que a autora exemplifica de formas diversas durante todo o discurso, e estará amostrada neste trabalho.

tom de manifesto, o texto trata de racismo e homofobia³ dentro (e fora) das organizações feministas, de forma insubmissa e inovadora, busca articular as diferenças da categoria mulher a partir do uso informativo e impulsionador que atribui à raiva.

Portanto, ela nos convida, por meio de (des)construções de estereótipos e de debates localizados, a abraçar o potencial reativo da raiva umas das outras, de modo que essa coalizão entre mulheres seja promissora no combate ao racismo, *sexismo* e homofobia. Pois, as mulheres reagem ao racismo com raiva; e a raiva expressa e traduzida em ação para com os ideais feministas só pode resultar em empoderamento mútuo. Por exemplo, diante das acusações feitas por mulheres brancas de que a raiva das mulheres negras seria o motivo pelo qual aquelas não conseguem nos ouvir, Lorde (2019 [1984], p.156) questiona: “Mas é o meu jeito de falar que a impede de ouvir ou a ameaça de uma mensagem de que a vida dela pode mudar?” . A raiva, ao passo que informa algo de nossas especificidades, também permite aprender sobre essas diferenças e reagir ao racismo de maneira criativa, para além da culpa e culpabilização.

A raiva da qual Lorde trata é a do racismo e das distorções raciais da sociedade *moderna* capitalista, mas não só. Fala também da raiva que sentimos quando a raiva de outra mulher nos confronta às verdades estabelecidas, aos privilégios não questionados, à postura defensiva, aos silêncios e silenciamentos. Neste sentido, a culpa deve ser superada para que sejamos capazes de ouvir e aprender com a raiva de outra irmã. Esse cenário se justifica devido aos interesses patriarcais que mulheres não expressem suas raivas e se percam na impotência causada pelo medo da retaliação, assim como, na objetificação da *cegueira racial*⁴.

A culpa tem sido o *calcanhar de Aquiles* das mulheres brancas que se propõe a reagir ao racismo, conforme argumenta, essa não é uma reação à raiva, mas sim “uma reação às próprias ações ou inações.” (Lorde, 2019 [1984], p.162). E pode tanto se parecer com medo e impotência como aparecer na forma de subordinação e/ou culpabilização das mulheres negras. Os sistemas racial, de gênero⁵, heterossexual e capitalista trabalham simultaneamente através do ódio à diferença, cooptando pessoas para dificultar as chances de mobilização entre os pares. Como Lorde evoca, a própria raiva pode tornar-se um campo fértil:

Fomos criadas para ver qualquer diferença para além do sexo como um motivo para a destruição, e o fato de as mulheres negras e brancas enfrentarem as raivas umas das outras sem rejeição ou rigidez ou silêncio ou culpa é, em si, uma ideia herética e fértil. (Lorde, 2019 [1984], p. 161)

³ O que também pode ser lido como LGBTfobias.

⁴ No caso do Brasil, da democracia racial (CARNEIRO, 2003, 2011).

⁵ Ou *Cisgênero*. Ver *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial* (2015) por Viviane Vergueiro.

Se a raiva entre mulheres não é capaz de nos destruir, a recusa em escutar as outras e aprender com elas, certamente é. Este tipo de atitude defensiva, como a recusa, pode suprimir a comunicação e impedir o desenvolvimento de estratégias para lidarmos com a raiva de outras mulheres. O desejo das mulheres brancas, que *mulheres de cor*⁶ as ajudem a lidar com suas raivas, é apenas outra forma de objetificação criada no sistema racial, que submete mulheres negras à subserviência indefinidamente. Logo, conclui Lorde,

Não conheço nenhum uso criativo da culpa, a de vocês ou a minha. A culpa é só outra forma de evitar ações bem-informadas, de protelar a necessidade premente de tomar decisões claras, longe da tempestade que se aproxima e que pode tanto alimentar a terra quanto envergar as árvores. (Lorde, 2019 [1984], p.163).

A raiva, essa sim, é uma reação apropriada às atitudes racistas porque pode ser convertida em poder e canalizada para ações dirigidas à transformação da realidade. As mulheres não-brancas, em particular as mulheres negras, ao longo da história e da vida social têm construído uma relação de aprendizado com a raiva; que precisou ser instrumentalizada para que não fossem destruídas pelas opressões do cotidiano. Deste modo, fomos nós, as *mulheres de cor*⁷ que a utilizamos como fonte de energia para a sobrevivência, no entanto, todas as mulheres possuem “... um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva.” (Lorde, 2019 [1984], p.159). Aprendam a usá-la e a encará-la de forma construtiva e empoderadora: acolhendo as diferenças, rompendo com os silêncios e superando a culpa, só então, seremos livres todas nós.

No Brasil contemporâneo, os escritos de Audre Lorde tornam-se atuais, pois, está em voga a pauta do antirracismo, assim como o papel de pessoas brancas antirracistas nessa luta: desde o início dos anos 2000, com a emergência dos estudos sobre branquitude, o lugar dos sujeitos brancos vem sendo problematizado e “[...] as abordagens sobre branquitude vão se tornando mais complexas, diversas e contextuais” (Carreira, 2018, p. 132). Há alguns anos, a educadora feminista Denise Carreira — uma mulher branca — publicou um artigo intitulado *O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista* (2018). Nele discute três aspectos principais da chamada identidade racial branca: a *Fragilidade Branca*⁸, a branquitude e o privilégio

⁶ Segundo a socióloga indiana Avtar Brah, em contextos de diáspora “o termo não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado.” (2016 [1992], p.335). Ele era utilizado por pessoas brancas para se referir a toda e qualquer pessoa que apresentasse “não-brancura”, o que demonstra o caráter racializante e simplificador da expressão.

⁷ Enquanto que, segundo a mulherista afro-americana Alice Walker (1983 *apud*. COLLINS, 2000,) a expressão representaria uma possibilidade de solidariedade e a totalidade das pessoas de todas as cores (“raças”) juntas, “unidas em grupos autônomos de autodeterminação” (tradução nossa, p. 42). Esse é o uso que Audre Lorde faz do termo (LORDE, 2019 [1984]).

⁸ Segundo Rubin Diangelo, outra educadora branca estadunidense e antirracista, “a Fragilidade Branca se caracterizaria como um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se tornaria

branco, questões muito próximas às apontadas por Lorde no que tange à culpa das mulheres brancas e à objetificação/culpabilização de pessoas não-brancas. E, portanto, mediante a essa revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema (Cf. *ibidem*), é possível perceber o pioneirismo da obra ensaística de Audre Lorde com sua abordagem crítica, além de interseccional, da branquitude antirracista.

Audre Lorde foi uma pensadora da diferença. *Os Usos da Raiva* destaca o potencial articulador da diferença através do uso das emoções como fonte de agenciamentos feministas (Lorde, 1981; Musser, 2014). Seu pensamento e obra influenciaram o desenvolvimento do que a professora afro-americana Kimberlè Crenshaw (1989) chamou de *Interseccionalidade*. Mas também reverbera em outros contextos da diáspora africana, como, por exemplo, o artigo *Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido* (2018) da socióloga caribenha Shirley Anne Tate — publicado recentemente em português.

A Interseccionalidade é uma ferramenta feminista negra de análise teórico-metodológica que evidencia as relações entre duas ou mais marcas da diferença e, com isso, busca analisar as consequências dos entrecruzamentos de opressões e dos privilégios estruturais (Crenshaw, 1989). Ela foi desenvolvida com intuito de auxiliar a comunidade diaspórica, incluindo a comunidade científica feminista e antirracista, no combate às injustiças sociais (Crenshaw, 2002).

Segundo Patrícia Hill Collins (2017), esse paradigma tem sido amplamente utilizado e difundido pela epistemologia feminista negra. Contudo, o feminismo branco, acadêmico, em sua diversidade de abordagens (materialista, liberal, *queer*, etc.), ainda tende a reproduzir as distorções criadas no sistema racial, fracassando em seu projeto de emancipação das mulheres — visto que as experiências de mulheres não-brancas (e/ou lésbicas e/ou pobres) raramente estão representadas naqueles discursos (Lowenkron; Vianna, 2018). Para a feminista negra Carla Akotirene, autora do livro *Interseccionalidade* (2018), o que falta às mulheres brancas no combate ao *cisheteropatriarcado* colonial é o abandono do universalismo e a superação de uma *sororidade* que tem na assimilação o ingresso para o reconhecimento. Desse modo, Akotirene também centraliza a interseccionalidade como instrumento para a desmistificação da *mulher universal* e como crítica ao imperialismo nas ciências sociais — o qual

intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a exibição externa de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como: a argumentação para desconstruir a importância do assunto e dos interlocutores; a não disposição para enfrentar a conversa ou simplesmente a fuga da situação indutora de estresse. Esses comportamentos, segundo a autora, acabariam funcionando para restabelecer o equilíbrio racial branco e o conforto racial.” (2018 *apud*. CARREIRA, p. 130, 2018).

deslegitima a relevância das epistemologias feministas negras e/ou lésbicas, assim como, um dia foi o tratamento dado a epistemologia feminista branca hegemônica (ibidem.; CONNELL, 2012; op. cit., 2018).

Não obstante, no Brasil, o pensamento de Audre Lorde ainda é pouco difundido: em parte porque a tradução especializada de sua produção só vem ocorrendo no tempo presente (Almeida, 2017, 2020)⁹. Por outro lado, tanto o debate dos diferentes posicionamentos do sujeito nas relações sociais — como vimos — quanto a discussão em torno do estereótipo de *mulher negra raivosa* — a seguir — são questões latentes na sociedade brasileira (Ribeiro, 2018). Por isso, defendemos o valor representativo de seus escritos no processo de humanização das mulheres negras — pauta central do feminismo negro brasileiro (Akotirene, 2018; op. cit., 2018).

Neste sentido, o texto de Audre Lorde apresenta algumas hipóteses para a desconstrução do estereótipo *raivosa* que paira sobre as mulheres negras, internacionalmente. Recentemente Shirley Tate (2018) outra feminista negra — decolonial — tematizou tais argumentos. Quem constrói a *mulher negra raivosa* é o pensamento colonial da branquitude e os agenciamentos racializantes produzidos pela dificuldade que pessoas brancas têm de responsabilizar-se por “Mi vex” (ibidem, p. 190). A expressão jamaicana *Mi vex* pode ser traduzida como “estou com raiva” ou “chateada” e a pesquisadora defende o seu papel crítico ao deslocar a raiva das mulheres negras para fora de seus corpos: o termo é repetido como reclamação, de modo que sirva de “ferramenta analítica para descolonizar o saber, a atitude, o afeto, a prática e as construções anti-mulher-negra do feminismo do (a) homem(ulher)” (Cheng, 2001; Trouillot, 1995 *apud. ibidem.*, p. 186). A partir do pensamento feminista negro, então, são construídas identidades ou representações alternativas àquelas cujos sujeitos estão fixados a uma ou outra categoria *substativa*, universal e intransponível (Collins, 2016; Hall, 2006, 2016; Lorde, 2019).

Os usos da raiva, bem como *Usos do erótico: o erótico como poder* (2019 [1984]) e *A transformação do silêncio em linguagem e ação* (2019 [1984]), compõe de forma exemplar o legado do afeto que o pensamento lésbico contemporâneo atribui a Audre Lorde (Cordeiro; Lemos, 2018); e o qual também participa a epistemologia feminista negra, a partir do uso da subjetividade como locús privilegiado para construção de novos imaginários sociais (Collins, 2018). Nesse sentido, o texto apresenta a articulação entre raça, gênero e sexualidade como

⁹ Ver:

[//www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/08/08/interna_cultura,1174247/inedita-ate-o-ano-passado-obra-de-audre-lorde-ganha-o-brasil.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/08/08/interna_cultura,1174247/inedita-ate-o-ano-passado-obra-de-audre-lorde-ganha-o-brasil.shtml). Acesso em: 20/11/2020.

um caminho de e para emancipação de todas as mulheres, por meio do uso da raiva como fonte de empoderamento bilateral. Por conseguinte, para o pensamento lésbico contemporâneo, bem como para o feminista negro, esse é um *clássico* indispensável para aquelas que buscam ferramentas para reivindicar seus sentimentos e apreender com eles; o autoconhecimento e o reconhecimento do *Outro* exige que o silêncio seja transformado em linguagem e ação. É necessário que cada uma de nós se responsabilize por seu papel nessa transformação — porque sou negra, sou lésbica, porque sou quem sou: uma intelectual negra e lésbica fazendo o meu trabalho — “então pergunto: vocês têm feito o trabalho de vocês?” (Lorde, 2019 [1984], p. 53).

Sendo assim, insistimos na relevância d’*Os usos da raiva*, bem como do próprio livro *Irmã Outsider*, haja vista a potência de tais escritos como modos de pensar e agir fecundamente em direção à mudança social. Sobretudo, porque representa o lugar central dos afetos na (des)construção dos significados sociais, como também o papel da diferença enquanto relação social — através de uma perspectiva feminista negra e lésbica *clássica*, embora tão atual (Brah, 2006; Collins, 2016; Hall, 2016).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: **Polém**, 2019. 150 p.

ALMEIDA, Valéria L. Políticas de tradução e escrita literária negra. **Translatio**, Porto Alegre, n. 13, p. 201-214, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/71601/42049>. Acesso em: 23 nov. 2020.

_____. O pensamento de Audre Lorde. **Sapatão amiga**, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/pdJDYJ9gFxU>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cartografias de Diáspora: Contestando identidades**. Trad. Cadernos Pagu. Campinas, n.26, pp. 329 - 376, jan./jun. / 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em: 23 nov. 2020.

_____. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR : Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018. Disponível em:

<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. estado*. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

_____. Distinguishing features of Black Feminist Thought. In: **Black Feminist Thought: knowledge, Consciousness, and the politics of empowerment**. (2nd. Ed.) New York & London: Routledge, pp. 21 - 43, 2000.

_____. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. v. 1, p. 139- 170. ISBN 978-85-513-0337-5.

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6 - 17, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CONNELL, Raewyn. O império e a criação de uma ciência social. In: **Contemporânea - Revista de Sociologia da Ufscar**, v.2, n.2, 2012.

COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018 (Coleção Cultura negra e Identidades). p. 366. ISBN 978-85-513-0337-5.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989. pp. 139-167.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 2002. 10 (1): 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acessado em: 23 nov. 2020.

DIANGELO, Robin. White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism. 1. ed. London: **Penguin**, 2019. 165 p.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: **PUC-Rio**, 2016. 260 p. ISBN 9788580061956.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Sovik Liv (Org.), Trad. Adeliene La guardiã Resende et. al. 1ª Ed. atualizada, 1ª Reimp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. Identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da silva; Guaracira Lopes Louro. 11. Ed., Rio de Janeiro: **DP&A**, 2006.

MUSSER, Amber Jamilla. Sensational flesh: race, power and Masochism. New York; London: **New York University Press**, 2014.

LEMONS, Ana Carla da silva; CORDEIRO, Nathalia Christina. Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teorias clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos.

Cadernos de gênero e diversidade, Salvador, v. 4, n. 2, p. 57-65, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26703/16054>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. *In*: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. p. 51-55.

_____. Os usos do erótico: o erótico como poder. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 5, p. 67 - 74.

_____. Sister outsider. New York: **The Crossing Press**, 1984

_____. The Cancer journals. Argyle, NY: **Spinsters Ink**, 1980.

_____. The first cities. 1. ed. New York: **Poets Press**, 1968. 32 p.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. 1. ed. São Paulo: **Campanhia das Letras**, 2018. 148 p. ISBN 9788535931136.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. cap. 7, p. 183-201. ISBN 9788551303375.

VIANNA, A. LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v.1, 2018.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: ESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.